



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Caaporã
Trabalho que transforma

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAAPORÃ – IPSEC

2025.1

Áreas: Concessão e revisão de benefícios; Arrecadação das contribuições previdenciárias; Compensação previdenciária; Investimento de recursos; Gestão Atuarial; Avaliação para o Pró-Gestão.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à auditoria realizada pela Secretaria Municipal de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria – SECINTO do Município de Caaporã - PB no Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Caaporã – IPSEC, relativo ao primeiro semestre de 2025, em resposta ao Ofício nº 057/2025, do Conselho Municipal de Previdência do IPSEC.

O escopo da auditoria incluiu a análise das áreas concessão e revisão de benefícios, arrecadação das contribuições previdenciárias, compensação previdenciária, investimento de recursos, gestão atuarial, além de uma avaliação específica sobre a situação do Instituto em relação ao programa Pró-Gestão.

O objetivo principal foi verificar a conformidade dos procedimentos adotados pelo IPSEC e identificar os avanços e pendências no processo de adesão aos requisitos do Pró-Gestão. Este relatório foi elaborado com base nos parâmetros mínimos utilizados pelo Pró-Gestão, enquanto recomenda-se que o IPSEC reúna os conselhos a fim de deliberarem os pontos a serem auditados por esta Secretaria.

2. OBJETIVOS DA AUDITORIA

Os objetivos desta auditoria incluem:

- Avaliar a conformidade dos processos com a legislação vigente e processos mapeados;
- Verificar a eficiência e a eficácia das práticas operacionais nas áreas auditadas;
- Analisar o estágio de implementação dos eixos do Pró-Gestão e propor melhorias para a obtenção da certificação;
- Identificar inconsistências, propor ações corretivas e sugerir melhorias nos controles internos.

3. METODOLOGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

A auditoria foi conduzida utilizando as seguintes etapas:

- **Coleta de Documentos e Informações:** Foram solicitadas as manualizações e mapeamentos dos processos, além de registros e relatórios contábeis e extratos. Sobre o Pró-Gestão, foi solicitado o Relatório Situacional.
- **Entrevistas:** Realizadas com os responsáveis pelos processos e pela implementação das diretrizes do Pró-Gestão.
- **Elaboração do Relatório:** Resultados e recomendações foram documentados com base nas observações da equipe auditora.

4. ÁREAS AUDITADAS

4.1. Concessão de Aposentadoria

4.1.1. Procedimentos Avaliados:

- Conformidade com a legislação previdenciária, análise de prazos, e exigências documentais.

4.1.2. Resultados:

- Constatada regularidade do item analisado, pois, os processos de concessão de aposentadoria vêm sendo devidamente instruídos e enviados para a homologação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

4.1.3. Recomendações:

- Garantir maior celeridade na concessão dos benefícios, atentando para o efetivo cumprimento dos prazos legais.

4.2. Concessão de Pensão por Morte

4.2.1. Procedimentos Avaliados:

- Avaliação dos procedimentos relacionados à concessão de pensão por morte, quanto aos ritos, prazos e confiabilidade dos documentos apresentados.

4.2.2. Resultados:

- Constatada regularidade do item analisado, pois, os processos de concessão de pensão por morte vêm sendo devidamente instruídos e enviados para a homologação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

4.2.3. Recomendações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

- Garantir maior celeridade na concessão dos benefícios, atentando para o efetivo cumprimento dos prazos legais;
- Promover a conscientização sobre a necessidade de formalização da união estável/casamento.

4.3. Revisão de Benefícios Concedidos

4.3.1. Procedimentos Avaliados:

- Análise do resultado das revisões de benefícios e conformidade com os mapas e manuais.

4.3.2. Resultados:

- Constatada regularidade do item analisado, pois, os processos de revisão de benefícios vêm sendo devidamente instruídos e enviados para a assessoria jurídica do IPSEC, cumprindo o manual de operacionalização.

4.3.3. Recomendações:

- Garantir a conformidade na concessão de benefícios a fim de evitar pedidos de revisão.

4.4. Arrecadação das Contribuições Previdenciárias

4.4.1. Procedimentos Avaliados:

- Verificação do processo de arrecadação de contribuições dos servidores ativos e inativos, identificação de inadimplências e avaliação dos controles.

4.4.2. Resultados:

- Conforme documentos apresentados pelo diretor administrativo financeiro, os repasses devidos de janeiro a junho de 2025 pela prefeitura formam de R\$ 8.393.107,45, os parcelamentos também foram regularizados, 086/2019, 033/2024, 518/2024 estão em dia, estando em atraso apenas 8 parcelas do acordo 087/2019.

4.4.3. Recomendações:

- Manter o constante relacionamento com a secretaria de finanças para uma boa gestão dos recursos como também enviar em tempo hábil as guias para manter os repasses em dia;
- Referente ao acordo 087/2019, realizar negociações com a secretaria de finanças para regularização das 8 parcelas que constam em atraso.

4.5. Compensação Previdenciária

4.5.1. Procedimentos Avaliados:

- Operacionalização e recebimento de recursos da compensação previdenciária.

4.5.2. Resultados:

- Constatada regularidade na operacionalização do Sistema Comprev, com o cadastro tempestivo de processos de compensação, e recebimento de fluxo mensal de R\$ 102.397,42 (jun/2025).
- Havia o bloqueio no pagamento das compensações devido ao vencimento da CND do Ente Federativo, no entanto, ela foi regularizada em 15/07/2025 e os valores foram desbloqueados para pagamento a partir de setembro/2025.

4.5.3. Recomendações:

- Prosseguir na operacionalização do Sistema Comprev, garantindo a aplicação dos recursos obtidos e monitorando a vigência da CND do Ente Federativo.

4.6. Investimento de recursos

4.5.1. Procedimentos Avaliados:

- Conformidade das aplicações financeiras com a Política Anual de Investimentos de 2025.

4.5.2. Resultados:

- Constatada irregularidade na aplicação dos recursos financeiros do IPSEC nos meses de janeiro e abril de 2025, por estarem em percentuais desenquadrados da Política Anual de Investimentos de 2025.

4.5.3. Recomendações:

- Alocar os recursos financeiros conforme percentuais estabelecidos pela Política Anual de Investimentos de 2025.

4.7. Gestão Atuarial

4.7.1. Procedimentos Avaliados:

- Elaboração da Avaliação Atuarial de 2025 e implantação do plano de amortização do déficit atuarial.

4.7.2. Resultados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Caaporã
Trabalho que transforma

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

- Constatada irregularidade na implantação do plano de amortização do déficit atuarial proposto, devido a não votação/aprovação da lei regulatória pela Câmara Municipal.

4.7.3. Recomendações:

- Efetuar a conscientização e cobrança da implantação do plano de amortização do déficit atuarial.

4.8. Avaliação para o Pró-gestão

A auditoria também incluiu uma avaliação dos esforços do IPSEC para a obtenção da certificação no **Pró-Gestão**, levando em consideração os três eixos principais: Governança Corporativa, Controles Internos e Educação Previdenciária.

4.8.1. Controles Internos

4.8.1.1. Situação Atual:

- O IPSEC vem implantando ferramentas de controle de interno, que visam atender aos requisitos do Pró-gestão RPPS, sendo elas:
 - Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS;
 - Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS;
 - Certificação dos dirigentes, membros dos conselhos deliberativo e fiscal, responsável pela gestão das aplicações dos recursos e membros do comitê de investimentos;
 - Estrutura de controle interno;
 - Política de segurança da informação;
 - Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

4.8.1.2. Providências Tomadas:

- As providências tomadas estão sendo disponibilizadas no site institucional do IPSEC.

4.8.1.3. Recomendações:

- Obter e disponibilizar a certificação do diretor administrativo/financeiro, Renan Oliveira, e das conselheiras Elisabete Marinho e Josilane Maria.
- Aparentemente, os demais itens já foram cumpridos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Caaporã
Trabalho que transforma

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

4.8.2. Governança Corporativa

4.8.2.1. Situação Atual:

- O IPSEC vem implantando ferramentas de governança corporativa, que visam atender aos requisitos do Pró-gestão RPPS, sendo elas:
 - Relatório de governança corporativa;
 - Planejamento;
 - Relatório de gestão atuarial;
 - Código de ética;
 - Políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor e revisão de aposentadoria por incapacidade;
 - Política de investimentos;
 - Comitê de investimentos;
 - Transparência;
 - Definição de limites de alçadas;
 - Segregação das atividades;
 - Ouvidoria;
 - Diretoria executiva;
 - Conselho fiscal;
 - Conselho deliberativo;
 - Mandato, representação e recondução;
 - Gestão de pessoas.

4.8.2.2. Providências Tomadas:

- As providências tomadas estão sendo disponibilizadas no site institucional do IPSEC.

4.8.2.3. Recomendações:

- Elaborar e disponibilizar relatório de governança corporativa;
- Obter e disponibilizar a certificação do diretor administrativo/financeiro, Renan Oliveira, e das conselheiras Elisabete Marinho e Josilane Maria;
- Aparentemente, os demais itens já foram cumpridos.

4.8.3. Educação Previdenciária

4.8.3.1. Situação Atual:

- O IPSEC vem implantando ferramentas de educação previdenciária, que visam atender aos requisitos do Pró-gestão RPPS, sendo elas:
 - Plano de ação de capacitação;
 - Ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

4.8.3.2. Providências Tomadas:

- As providências tomadas estão sendo disponibilizadas no site institucional do IPSEC.

4.8.3.3. Recomendações:

- Refazer o plano de ação com foco na capacitação dos servidores que atuam na unidade gestora do RPPS;
- Aprimorar as ações de diálogo com os segurados e a sociedade, disponibilizando cartilhas, informativos ou programas que contemplem os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários;
- Realizar pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil.

5. CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que atualmente o IPSEC vem cumprindo a legislação pertinente, no entanto, apresenta os seguintes pontos a serem melhorados:

- Garantir maior celeridade na concessão dos benefícios, atentando para o efetivo cumprimento dos prazos legais;
- Garantir a conformidade na concessão de benefícios a fim de evitar pedidos de revisão;
- Manter o constante relacionamento com a secretaria de finanças para uma boa gestão dos recursos como também enviar em tempo hábil as guias para manter os repasses em dia;
- Referente ao acordo 087/2019, realizar negociações com a secretaria de finanças para regularização das 8 parcelas que constam em atraso;
- Alocar os recursos financeiros conforme percentuais estabelecidos pela Política Anual de Investimentos de 2025;
- Efetuar a conscientização e cobrança da implantação do plano de amortização do déficit atuarial;
- Obter e disponibilizar a certificação do diretor administrativo/financeiro, Renan Oliveira, e das conselheiras Elisabete Marinho e Josilane Maria;
- Elaborar e disponibilizar relatório de governança corporativa;
- Refazer o plano de ação com foco na capacitação dos servidores que atuam na unidade gestora do RPPS;
- Aprimorar as ações de diálogo com os segurados e a sociedade, disponibilizando cartilhas, informativos ou programas que contemplem os



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Caaporã
Trabalho que transforma

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E
OUVIDORIA – SECINTO

conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, incluindo a conscientização sobre a necessidade de formalização da união estável/casamento; e

- Realizar pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil.

Caaporã, 28 de agosto de 2025.


Secretário de Controle Interno

